

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.422.081 - DF (2018/0342776-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : RAIMUNDO NONATO DO NASCIMENTO SOUSA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por RAIMUNDO NONATO DO NASCIMENTO SOUSA contra decisão proferida pela Presidência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que não admitiu seu apelo nobre.

Consta dos autos que o Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal indeferiu o pedido de autorização de visitas formulado pela esposa do agravante.

Interposto recurso especial, este não foi admitido pela Instância de origem, ensejando a presente insurgência, na qual o agravante sustenta que o óbice indicado na decisão objurgada não incidiria *in casu*.

Requer o acolhimento do agravo a fim de que seja admitido e provido o apelo nobre.

O Ministério Público Federal manifesta-se pelo desprovimento do agravo (e-STJ fls. 94-95).

É o relatório.

No recurso, a parte pretende, em síntese, o direito de ser visitado por sua esposa, a despeito desta estar em cumprimento de restritiva de direitos, por condenação decorrente da prática do crime de tráfico de drogas nas dependências de presídio.

Sobre a indigitada negativa de vigência ao art. 41, inciso X, da Lei n.º 7.210/84, o Tribunal local assim se manifestou (e-STJ fls. 40-41, grifou-se):

[...]

A decisão agravada indeferiu autorização de visita feita por Carla Poliane Silva, esposa do recorrente.

Carla Poliane Silva foi condenada a 1 ano, 11 meses e 10 dias de reclusão, em regime aberto, pelo crime do art. 33, caput, c/c art. 40, III, da L.11.343/06, cometido nas dependências de estabelecimento prisional. A pena privativa de liberdade foi substituída por restritiva de direitos (f. 8).

Constitui direito do preso a visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados (art. 41, X, LEP).

Não obstante, o direito não é absoluto. Pode ser suspenso ou restringido, consoante o § único do art. 41 da LEP.

[...]

A Portaria n. 008/2016 da VEP, em seu art. 6º, dispõe que é vedada a realização de visitas por quem esteja cumprindo pena em regime aberto.

A interessada se insere nessa restrição. Mesmo estando cumprindo penas restritivas de direito, não é recomendável que frequente estabelecimento prisional e tenha contato com o interno.

[...]

Não é aconselhável que à interessada - condenada por tráfico de drogas cometido nas dependências de estabelecimento prisional - seja permitida ingressar no presídio e ter contato com os internos.

Ademais, a Portaria n. 008/2016 da VEP impede o ingresso em estabelecimentos penais de pessoas que respondem à ação penal por crime de tráfico de drogas, cometido nas dependências de estabelecimento prisional.

Da leitura do excerto transcrito, verifica-se que a decisão recorrida alinha-se à jurisprudência perfilhada por este Sodalício sobre o assunto, no sentido de que "o direito de visita não é absoluto, devendo ser ponderado diante das peculiaridades do caso concreto." (AgRg no REsp 1475961/DF, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 01/10/2015, DJe 13/10/2015).

Na mesma direção:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. AUTORIZAÇÃO DE VISITA DE CRIANÇA E/OU ADOLESCENTE EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL. PADRASTO CONDENADO POR TRÁFICO DE DROGAS. DIREITO DO PRESO E PROTEÇÃO INTEGRAL DO MENOR. PONDERAÇÃO DE INTERESSES. PREPONDERÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE FÍSICA, MORAL E PSICOLÓGICA DOS MENORES. ACÓRDÃO ASSENTADO EM MAIS DE UM FUNDAMENTO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

2. Ademais, o direito do preso à visita não é absoluto nem ilimitado. Para aferi-lo, é imprescindível, em juízo de ponderação, considerar as particularidades do caso concreto e medir os interesses envolvidos.

3. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 771.087/DF, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 02/02/2016 - grifou-se)

PROCESSUAL PENAL. DIREITO DE VISITA. MENOR. PONDERAÇÃO. CASO CONCRETO. PECULIARIDADES.

Consoante entendimento desta Corte [...] o direito de visita não é absoluto ou ilimitado, devendo ser ponderado diante das peculiaridades do caso concreto. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1476963/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 13/11/2015 - grifou-se).

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO

PENAL. DIREITO DE VISITA. COMPANHEIRA CONDENADA POR TRÁFICO DE DROGAS. ART. 41, X, DA LEI N. 7.210/1984. O DIREITO À VISITAÇÃO NÃO É ABSOLUTO. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. ALEGAÇÃO DE DECRETAÇÃO DA EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA TESE DEFENDIDA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ARTS. 1º E 38 DO CP. INOVAÇÃO DE ARGUMENTOS. APRECIACÃO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.

1. Não trazendo o agravante tese jurídica capaz de modificar o posicionamento anteriormente firmado, é de se manter a decisão agravada por seus próprios fundamentos.

[...]

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 574.120/DF, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2015, DJe 26/03/2015 - grifou-se)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. DIREITO A VISITA DE NETA MENOR A AVÔ PRESO POR TRÁFICO DE DROGAS. ACÓRDÃO ASSENTADO EM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL E EM PORTARIA DA VARA DE EXECUÇÕES PENAS. INCIDÊNCIA DAS SÚMS. 126 DO STJ E 280 DO STF. DIREITO À VISITAÇÃO QUE NÃO É ABSOLUTO.

[...]

3. O direito de visita não é absoluto, devendo ser ponderado diante das peculiaridades do caso concreto.

4. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1371182/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 19/08/2014 - grifou-se)

Assim, por se encontrar o acórdão fustigado em consonância com jurisprudência firmada nesta Corte, a pretensão do agravante esbarra no óbice previsto no Enunciado n.º 83 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, também aplicável ao recurso especial interposto com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional.

Por tais razões, afigurando-se inadmissível o recurso especial, **conhece-se do agravo para não conhecer o recurso especial**, nos termos do artigo 34, VII, combinado com o artigo 253, parágrafo único, inciso II, alínea *a*, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se e intime-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator